

Constituinte, uma prioridade esquecida

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

São raros os líderes políticos que procuram mostrar à sociedade a grande importância da Assembléia Constituinte. A grande maioria prefere envolver-se nas lutas regionais pelo poder, dando pouca valia ao trabalho de escrever a nova Constituição.

Nos últimos dias, pelo menos dois líderes revelaram preocupação com o acontecimento para o qual o eleitorado foi convocado. O senador e ministro da Educação, Jorge Bornhausen, ex-presidente nacional do PFL, e o deputado mineiro Pimenta da Veiga, líder do governo e do PMDB na Câmara, afirmaram que a eleição de governador é um fato político normal, para um mandato transitório de quatro anos. Já a Constituinte — que se reunirá depois de 40 anos — terá a tarefa fundamental de preparar a Lei das Leis para o País.

Se na classe política a preocupação ainda é menor, a sociedade ainda não foi sensibilizada para a convocação da Constituinte e a elaboração da nova Constituição. Na opinião pública e junto aos políticos a prioridade está sendo as eleições de governadores. Mesmo os candidatos à Constituinte parecem mais preocupados em dizer ao eleitor que estão disputando cadeiras no Senado ou Câmara.

Além da atribuição de elaborar a Nova Carta, há providências que reclamam soluções prévias, sob risco de se criar na Assembléia Constituinte um enorme tumulto, envolvendo, de início, o funcionamento de quatro casas legislativas — Câmara, Senado, Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos) e a Constituinte.

A complicação está prevista logo no primeiro dia, conforme a emenda que convocou a Constituinte. No dia 1º de fevereiro de 1987, os candidatos diplomados para a Câmara reunir-se-ão, em sessão preparatória, para o compromisso de posse. Nesse mesmo dia, do outro lado, os senadores eleitos (dois terços) apresentarão os diplomas e prestarão compromisso de posse e, em seguida, haverá eleição da Mesa Diretora.

Também no dia 1º de fevereiro, haverá a instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Na Emenda nº 26, que convocou a Constituinte, não consta quando se dará a eleição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Serão eventos importantes e simultâneos, exigindo a participação dos mesmos parlamentares-constituintes.

Ainda na parte funcional, sem entrar no mérito político-institucional, há que se registrar que não há

condições de realização de reuniões simultâneas da Câmara, do Senado, da Assembléia Constituinte e, eventualmente, do Congresso Nacional. Se isso não for evitado, haverá prejuízo às atividades e à qualidade de todos os trabalhos.

Se nada for mudado, a confusão será inevitável. As sessões da Câmara duram cinco horas e meia e as do Senado, quatro horas. As sessões conjuntas (Congresso) normalmente são realizadas pela manhã e à noite, com quatro horas de duração. Para o funcionamento das sessões da Assembléia Constituinte terá de ocorrer alteração em três regimentos — da Câmara, do Senado e do Congresso. Essas mudanças, que interferirão no desempenho parlamentar de cada representante, exigirão um trabalho de ajuste difícil e muito esforço político-partidário.

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, está tentando alterar o quadro. Sugeriu, ainda sem respaldo de deputados e senadores, que em 87 só funcione a Assembléia Constituinte. Uma comissão especial, representativa, integrada por deputados e senadores, teria a missão específica de atuar como Legislativo Ordinário. A reação foi desfavorável. No Senado, a proposta não conseguiu apoio de seis senadores. Na Câmara, pelo menos, houve apoio para a proposta ser formalizada, o que depende, porém, do apoio de 24 senadores (um terço).

Com o funcionamento simultâneo de quatro Câmaras Legislativas, receiam Ulysses Guimarães e o líder Pimenta da Veiga, o trabalho fundamental da Constituinte seria bastante prejudicado. Bastaria um projeto de lei ordinária despertar as atenções gerais de deputados e senadores para esvaziar o plenário da Constituinte. Um projeto de nova lei de greve, com as naturais pressões de um lado e de outro, seria um exemplo.

Até agora, nas vésperas do encerramento da atual legislatura, não se nota interesse de deputados e senadores para examinar a questão — nem funcional, nem institucional. Poucos se estão lembrando de que as sessões plenárias da Câmara e do Senado (e do Congresso) têm o apoio nos funcionários que também seriam convocados para a Constituinte. Nas comissões da Constituinte atuariam os mesmos funcionários que trabalham nas 22 comissões da Câmara e nas 17 do Senado. Nem a Câmara nem o Senado possuem infra-estrutura de dependências físicas e de pessoal em condições de atender, simultaneamente, o funcionamento de sessões plenárias da Câmara, do Senado e da Constituinte, das sessões conjuntas do Congresso e das reuniões das comissões técnicas. Seja o que Deus quiser. F.M.

ANC 88
Pasta Setembro/86
005